

5.1.2 Legítima Defesa.

A matéria ora posta em debate não necessita de grande esforço para ser explicada e entendida. Afinal, na dogmática penal, o tema legítima defesa, é um dos mais simples.

Extraí-se do depoimento de [REDACTED] que ele estava com sua honra sob ataque de [REDACTED] que encenava com gritos estar sendo agredida. O réu, mesmo pedindo para sua ex-mulher parar de fazer a encenação, temendo o que os vizinhos iriam pensar, aquela continuou.

Para fazê-la parar de gritar, tentou tapar a boca de [REDACTED], momento em que ela mordeu e prendeu o dedo de [REDACTED], ficando o dedo polegar com cor bem escura devido à falta de circulação sanguínea.

A mordida de [REDACTED] restou incontroversa, mesmo que não comprovado por exame de corpo de delito, uma vez que no depoimento prestado em juízo, a vítima assumiu que mordeu o polegar do réu (34:33 1º Depoimento).

Mesmo após parar de gritar, [REDACTED] continuou prendendo o dedo de [REDACTED], até que ele com a mão esquerda (a mão livre) começou a apertar a bochecha/mandíbula de [REDACTED] para fazê-la soltar o dedo, só conseguindo lograr êxito quando empurrou o rosto dela.

Senhor Juiz, a defesa insiste que *em hipótese alguma* deva ser ignorada a palavra do réu, principalmente quando esta está em consonância com as demais provas colhidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Diante das provas dos autos é possível observar que a hipótese *in casu* se trata, efetivamente, de legítima defesa.

